

CONTRA-HEGEMONIA E SOCIEDADE CIVIL NO SÉCULO XXI: O LEGADO DO NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA NO BRASIL

Marianne Oslay Cortes Alonso¹

Introdução

Apontamos neste trabalho como o projeto neoliberal de Terceira Via foi, e vem sendo implementado no Brasil no pós-1990. Analisamos três momentos distintos: a adaptação do país ao Consenso de Washington (Governo Collor, 1993 a 1994, e, Itamar Franco, 1993 a 1994). O segundo momento de ampliação da legitimidade do neoliberalismo, tendo como ponto principal as alterações na relação entre o Estado e a sociedade civil. Este período é referente aos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). E, o terceiro momento, nos dois governos Lula, de aprofundamento das reformas do governo anterior além de ampliar a participação da sociedade civil “despolitizada”. Se no primeiro momento a postura do governo Collor era claramente neoliberal, os governos subsequentes trataram de adaptar o Brasil ao neoliberalismo de Terceira Via, que é uma tentativa de humanizar o capitalismo através do protagonismo da sociedade civil.

1. Considerações iniciais sobre o projeto de Terceira Via

Ao inserir as transformações ocorridas no Brasil na década de 1990, no contexto mundial, nos deparamos com uma crise econômica e de legitimidade do sistema capitalista que eclode na década de 1970, cuja raiz encontra-se no exaurimento do processo de expansão e acumulação vivido nas décadas anteriores (HARVEY, 1993). A reação burguesa diante do quadro recessivo consistiu na articulação de três processos: a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a mundialização da economia, em seu aspecto financeiro. O ressurgimento da ideologia neoliberal e o alastramento da cultura pós-moderna completam o cenário que fundamentam o projeto difundido pelos intelectuais orgânicos da burguesia de globalização econômica e da sociedade da informação (LIMA, 2007).

A política assumida a partir da década de 1970 não foi suficiente para a reversão do quadro de estagnação econômica e muito menos promoveu a redução da desigualdade social (ANDERSON, 1998) o que exigiu novas estratégias do capital para manter sua hegemonia

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Email:marinx@gmail.com

perante a sociedade. Neste sentido, a partir da década de 1990, o projeto neoliberal elaborado pelos intelectuais orgânicos da burguesia sofreu alterações na forma de ser conduzido, sem que isso significasse a ruptura com o sistema capitalista. Na base deste projeto de sociabilidade está o projeto de “Terceira Via”.

O projeto idealizado pelo sociólogo britânico Antony Giddens, representa uma nova face do projeto neoliberal que ganhou força a partir da década de 1990, quando o capital enfrentara uma nova crise recessiva, demonstrando o fracasso do projeto neoliberal². Outro fator que possibilitou o desenvolvimento deste novo momento do projeto neoliberal foi a derrota do socialismo existente na Europa oriental e na União Soviética, que abraçaram o projeto neoliberal e executaram suas políticas da forma mais intransigente já vista até então. Posicionado entre os extremos - neoliberalismo radical e o “finado” socialismo - e aliado à necessidade burguesa de legitimar seu poder de classe, o projeto de “Terceira Via” ganha força e passa a constituir a base da refundação do projeto burguês de sociabilidade (LIMA,2007).

Em entrevista à revista Veja, o sociólogo Antony Giddens define o projeto de “Terceira Via” como uma social-democracia modernizada e situa o projeto:

A filosofia da "terceira via" preocupa-se em procurar o sentido das três grandes revoluções: a globalização, as transformações da intimidade e a mudança do relacionamento do homem com a natureza. (...) Ela é um movimento de centro-esquerda, ou do que temos chamado de "centro radical". Radical, porque não abandonou a política de solidariedade que tradicionalmente foi defendida pela esquerda. De centro, porque reconhece a necessidade de trabalhar alianças que proporcionem uma base para ações práticas. Da comparação entre os diversos países que têm lidado com essa hipótese, percebe-se que está emergindo uma agenda comum. Seus principais objetivos são a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado, a preocupação com uma nova política internacional (GIDDENS, 1998).

A Terceira Via se constituiria como uma alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo, “para além da esquerda e da direita”³ nas palavras de Giddens, que afirma ainda nesta entrevista que os conceitos de direita e esquerda não morreram, apenas não são propostas viáveis frente ao quadro mundial atual, demonstrando a impossibilidade de outro sistema econômico se tornar hegemônico.

² É importante destacar que ao final dos anos 1990 alguns movimentos internacionais de resistência ao neoliberalismo e à mundialização financeira entraram em cena, como as manifestações de Seattle e Washington e a posterior organização do I Fórum Social Mundial (PEREIRA, 2007).

³ Este é o título do livro do sociólogo publicado em 1994, que lançou o debate sobre a “Terceira Via” (GIDDENS, 1998).

Nesse sentido, Lima (2004: 11) coloca que o projeto de Terceira Via “[...] pode ser identificado como social-liberalismo, conceituação que mais claramente expressa a retomada ‘envernizada’ do projeto burguês na medida em que, por um lado, mantém as premissas básicas do liberalismo, e por outro, recupera elementos centrais do reformismo social-democrata”. A autora identifica nas obras de Giddens as seguintes características básicas deste projeto:

- a concepção de homem enquanto sujeito que constrói a história é negada, já que o mundo atual não está sujeito ao controle humano;

- o capitalismo é naturalizado, e a construção de um novo projeto societário está fora de cogitação, fora da vontade humana, restando apenas a possibilidade de reformá-lo a fim de conciliar crescimento econômico com justiça social;

- a crise do socialismo existente é utilizada como argumento para encobrir a divisão da sociedade em classes e reiterar a impossibilidade de mudança para outro sistema;

- critica o Estado de Bem-Estar Social, alegando que este não implica apenas em problemas de caráter fiscal, mas também de caráter sócio-cultural já que a dependência previdenciária gera uma passividade nos indivíduos e tende à burocratização;

- crítica à lógica neoliberal, que prega o individualismo como valor de maximização dos lucros do mercado, e defende que este valor deve estar relacionado à participação individual em ações de cooperação e solidariedade social;

- resgata a lógica meritocrática de (in)capacidade individual;

- retoma outros elementos do pensamento liberal, tais como o mercado ser a esfera da eficiência econômica, mas que não seria auto-regulável sendo necessária a participação do Estado para garantir os contratos e a ordem estabelecida.

No entanto, no projeto da Terceira Via o Estado não seria o mínimo defendido pelos neoliberais, mas um Estado que tenha como papel fundamental de fomentar o empreendedorismo e a responsabilidade social dos indivíduos, grupos e empresários sociais, além de regular moralmente o mercado, o que exige uma reforma drástica do Estado (LIMA, 2004).

Esse é o campo que os ideólogos da “Terceira Via” preparam para a reforma do Estado, tanto do seu tamanho e funções, quanto de sua relação com a sociedade civil⁴, de

⁴ “A sociedade civil constitui-se como um elemento político fundamental para a ‘terceira via’. É um espaço de ajuda mútua, de solidariedade, de fundamento da cidadania” (LIMA, 2004:17). No entanto, atentamos para a necessidade se resgatar o sentido gramsciano de sociedade civil que a situa como aparelhos “privados” de hegemonia, um conjunto de organizações ditas privadas (mas de caráter público) responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, do consenso. Um espaço onde se disputa a hegemonia (e se realiza a contra-hegemonia). Junto da sociedade política, os aparelhos burocráticos e repressivos do Estado, formam a

modo que se busque através de uma agenda de reformas a ampliação da esfera pública não-estatal, ou seja, a divisão de responsabilidades do Estado com o setor privado (LIMA, 2004).

Estes elementos supracitados formam um conjunto de determinações que fundamentam e explicam o cenário atual de ofensiva do capital contra os trabalhadores, retirando-lhes direitos historicamente adquiridos e mercantilizando-os na busca por campos de exploração e aumento de riquezas⁵. No entanto, ainda é necessário destacar a influência da política dos organismos internacionais sobre os serviços sociais, especificamente sobre a educação. Destacamos a educação por ser um dos principais veículos de formação de intelectuais que serão lançados na sociedade para disputar sua direção social e difundir ideologias⁶.

A produção e reprodução do capitalismo, na perspectiva crítica, se concretizam através das relações estabelecidas entre as classes e são marcadas pelas ações dos sujeitos. Estas ações, na perspectiva da totalidade, não são frutos unicamente da vontade individual e sim da realidade em que o sujeito está inserido. Vale destacar a seguinte observação de Marx:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1987: p. 29-30)

concepção gramsciana de Estado ampliado. Para um aprofundamento do assunto, consultar Coutinho (1992).

⁵ Marx (1990) traça grandes linhas para explicar o impacto da emergência e consolidação do capitalismo. Atentava que este modo de produção está estruturado na produção e reprodução de mercadorias e relações sociais e é protagonizado por duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia (detentora dos meios de produção e da riqueza produzida) e o proletariado (detentora da força de trabalho e produtor da riqueza). A lógica mercantil se mantém então através da acumulação de riquezas à custa do trabalho excedente não pago (mais-valia) da classe proletária e perpassa todos os setores da vida social, embora o processo de produção e as relações envolvidas sejam ocultados. Portanto, é condição de existência do capitalismo que se renove constantemente na busca de alcançar sua principal finalidade que é o aumento da lucratividade. Isso implica na revolução permanente dos instrumentos de produção, portanto, as relações de produção, ou seja, as relações sociais, e com esse pensamento entendemos a necessidade, indicada por Marx, que o capital tem de ganhar novos mercados e, por isso, expandir-se pelo globo.

⁶ Na concepção gramsciana “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2004:18). Cabe destacar que todos os seres humanos têm capacidade intelectual, mas, para Gramsci, o intelectual exerce a função de dirigente, isto é, desempenha função diretiva, organizativa e educativa na sociedade. Os intelectuais são classificados por Gramsci (2004) de orgânicos e tradicionais: os orgânicos surgem articulados a uma das classes fundamentais com o intuito de lhes dar homogeneidade e consciência da própria função. As escolas são as principais formadoras de intelectuais orgânicos. Já os intelectuais tradicionais advêm de formações sociais anteriores; são, portanto, autônomos à classe dominante, embora a busca da hegemonia pela classe dominante leve também à busca pelo domínio ideológico dos intelectuais tradicionais. Os eclesiásticos são o exemplo mais latente deste tipo de intelectual.

Neste sentido, temos dois pontos determinantes das relações sociais estabelecidas neste modo de produção: o desenvolvimento das forças produtivas e a ação dos sujeitos como possível forma de transformação/conservação da realidade. É importante destacar estes pontos, pois, como veremos, o primeiro é central para o processo de acumulação e explica a mercantilização desenfreada de diversas esferas da vida social, e o segundo será atacado pelos ideólogos da Terceira Via como forma de justificar a naturalização do capitalismo.

2. **Da adaptação neoliberal ao aprofundamento da Terceira Via no Brasil**

Para compreender como o projeto neoliberal ganhou forças no Brasil na década de 1990, logo após um intenso processo de lutas sociais pela redemocratização do país, e da conquista de direitos, expressos na Constituição Federal de 1988, é necessário identificar alguns fatores que possibilitaram isto, segundo Mota (1995 *apud* Pereira):

- a difusão de uma “cultura da crise” atribuindo à ineficiência do Estado as responsabilidades pela crise;

- as lutas sociais no decorrer da década de 1980 apontavam para o atendimento de demandas corporativas, sem fortalecer devidamente a noção de direito social pautada em sistemas universais de proteção social (o que não descaracteriza o avanço das conquistas sociais desta Constituição);

- a segmentação do padrão de cidadania indicando limitações no plano da luta política;

- devido às marcas da ditadura, construiu-se uma cultura anti-Estado, que de um lado o negava e de outro superestimava a sociedade civil.

No que diz respeito às disputas societárias, Coutinho (2008) aponta que dois “modelos” principais de articulação da política e de representação de interesses se apresentam predominantes nas sociedades “ocidentais” desde o final da década de 1980: o projeto “liberal corporativo” e o de “democracia de massas”.

O primeiro, chamado por Coutinho (2008) de “liberal-corporativo” (modelo norte-americano), é caracterizado por uma sociedade civil forte, desenvolvida, porém com interesses corporativistas e representação política por partidos “frouxos”, sem definição ideológica. Já no segundo modelo, designado como “democracia de massas” (modelo europeu), diferentemente do modelo “liberal-corporativo”, a estrutura partidária é centrada

em torno de partido com base social homogênea e atua na defesa de interesses de classe através de projetos de sociedade definidos e diversos entre si (COUTINHO, 2008).

Estes projetos foram representados nas eleições diretas de 1989 e chegaram ao segundo turno através dos candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. A vitória do candidato representante do projeto “liberal corporativo” marcou o início do projeto neoliberal no Brasil (PEREIRA, 2007).

Nesta primeira fase da investida neoliberal no Brasil, Lima (2007) aponta que o governo Collor tratou de ancorar seus projetos e planos de governo (Planos Collor I e II, Projeto Brasil Novo e Projeto de Reconstrução Nacional) no ideário do Consenso de Washington⁷. As medidas adotadas na realidade brasileira visavam à contenção da hiperinflação e variavam da liberalização do comércio à política privatizante do governo.⁸

Outra característica deste governo apontado por Lima (2007) refere-se à redução da capacidade de enfrentamento às políticas do governo federal por parte da classe trabalhadora. Para a autora, a burocracia sindical tem papel importante neste processo, que pode ser entendido como uma conformação ao neoliberalismo e dois fatos foram decisivos para isto: a criação da Força Sindical (1991), com sua política organicamente comprometida com a burguesia, e a instauração do sindicalismo propositivo pela corrente dominante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos primeiros meses do governo Collor.

É importante ressaltar que, com metade do mandato exercido, o governo Collor foi capaz de introduzir abertamente o neoliberalismo no Brasil. Em 1992, sob graves denúncias de corrupção, o presidente em exercício foi impedido de manter-se no governo graças à atuação dos movimentos sociais e sindicais. No entanto, a crítica ao eixo central das transformações que estavam ocorrendo, o neoliberalismo, não foi realizada ao nível da ação política, o que permitiu que o governo seguinte continuasse e aprofundasse o que já tinha sido iniciado por Collor (LIMA, 2007).

⁷ Embora o neoliberalismo tenha tido influência nas políticas dos Estados nacionais a partir da década de 1970, somente no início dos anos 1990, com o Consenso de Washington, ganhou forma política mais elaborada, apresentando um conjunto de medidas de estabilização e reforma econômica para os países centrais e periféricos, em resposta à crise de acumulação do capitalismo (LIMA, 2007).

⁸ Uma destas medidas de controle da hiperinflação foi o confisco das cadernetas de poupança e das contas correntes, com fim de reduzir o consumo, o que ampliou significativamente o empobrecimento da população. A política privatista do governo Collor, expressa na desestatização de setores estratégicos do Brasil, articulado à ofensiva contra os trabalhadores através do arrocho salarial, demissões de funcionários públicos federais, à desregulamentação de direitos historicamente conquistados, de um lado fazem parte do plano de “modernização do país”, bandeira levantada quando ainda candidato e, de outro, revelam o terreno devastado pela política neoliberal.

Assim, com o *impeachment* de Fernando Collor, o vice-presidente em exercício, Itamar Franco, deu prosseguimento ao projeto modernizador de seu antecessor, porém com alguns traços reformistas⁹.

Duas ações destes governos, segundo Lima (2007), foram fundamentais para que a hegemonia neoliberal não fosse abalada: o lançamento do Plano Real, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e as relações estabelecidas entre o governo e sua base de apoio, bem como com a classe trabalhadora. A primeira possibilitou a queda das taxas de inflação e a eleição de Cardoso nas eleições de 1994; a segunda, de um lado agradou diversos segmentos da burguesia através de acordos que os favoreciam, de outro, adotou a política da repressão dos movimentos sociais, estimulando a política já mencionada anteriormente da CUT e Força Sindical.

No que diz respeito à educação superior, os governos Collor e Itamar Franco elaboraram um conjunto de medidas para o ensino superior, voltado para a formação de recursos humanos, que o mercado competitivo demandava, buscando a inserção brasileira na globalização econômica e na sociedade da informação. O conteúdo das principais propostas, barradas em grande parte graças ao protagonismo e resistência do movimento docente, indicavam aspectos privatizantes da política educacional destes governos¹⁰. Se por um lado direcionava a atenção estatal para a educação fundamental, por outro o ensino superior é descaracterizado enquanto direito social abrindo para seu empresariamento. (LIMA, 2007).

A segunda fase do neoliberalismo no Brasil, na segunda metade dos anos 1990, é marcada pela necessidade de ampliação da legitimidade do neoliberalismo. Isto significa que, além de responder à crise econômica e política herdada do governo anterior, era preciso alcançar a coesão social. Esta fase pode ser compreendida em dois momentos: no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o foco era promover ajustes estruturais e alcançar a estabilidade econômica e, no segundo mandato, mantiveram-se os objetivos do primeiro,

⁹ Avançou nas privatizações de empresas e com isso ampliou a participação de capital privado de 40% para 100%. Este governo também instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, onde foi constatado desvio de verbas públicas com participação de ministros, parlamentares e altos funcionários, sendo que apenas 6 dos 18 deputados envolvidos tiveram seus mandatos cassados, 4 renunciaram e 8 foram absolvidos (LIMA, 2007).

¹⁰ Vale sinalizar que no governo Itamar que foi assinado um protocolo de intenções entre o Ministério da Educação (MEC) e Ministério das Comunicações em 1993, no sentido de criação e desenvolvimento de um sistema nacional de educação à distância no Brasil, e também a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), que ampliou os poderes do MEC no que diz respeito aos critérios para criação e funcionamento dos cursos de nível superior. Para um estudo detalhado das ações destes governos consultar Lima (2007).

mas foi dado também o pontapé para a ampliação da participação política da sociedade civil (repolitizada).

Algumas premissas fazem de Cardoso um excelente condutor da política neoliberal de Terceira Via no Brasil, apto a garantir a manutenção da legitimidade deste ideário. Além de ser um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), ter sido Ministro da Fazenda e lançado o Plano Real no governo Collor, conforme já mencionado, este presidente mantinha relações estreitas com o BM e o FMI. Em seu horizonte político não estava prevista a ruptura com o capitalismo e, deste fato, deriva-se a limitação de acreditar na possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento para os países dependentes através da associação com o capital internacional (LIMA, 2007)¹¹.

Diante deste histórico político de Cardoso, não foi difícil obter o apoio da burguesia brasileira ao projeto neoliberal, uma vez que todas as frações de burguesia ganhavam com o projeto, ainda que os ganhos fossem desiguais, conforme estudo sobre a burguesia brasileira em anos de neoliberalismo, elaborado por Boito Júnior (LIMA, 2007).

A desregulamentação do mercado de trabalho, a supressão dos direitos sociais, a política privatista, a abertura comercial e a desregulamentação financeira, fazem parte do conjunto de medidas que caracterizaram a investida do capital contra o trabalho, logo, medidas que contribuíram para a reconfiguração das relações entre capital e trabalho (LIMA, 2007).

Esta reconfiguração, não se encontra restrita ao aparelho do Estado, no entanto, a crítica central do projeto neoliberal voltou-se para ele, retomando essa visão reducionista de Estado na década de 1990. Nesse sentido, o plano de governo para o primeiro mandato de Cardoso criticava o modo de inserção do Brasil no mercado mundial e de excessiva intervenção do Estado, causando uma suposta crise fiscal. Com base nesta crítica, ao assumir o governo, Cardoso criou o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) que, em 1995, elaborou um plano estratégico para a reforma do Estado.

¹¹ Cabe ressaltar a participação de Cardoso, em 1991, da reunião que endossou o relatório intitulado Responsabilidade comum nos anos 90: Proposta de Estocolmo sobre Segurança e Governança Globais. Esta reunião contou com a presença de dezenas de personalidades públicas e líderes mundiais e o objetivo era debater as necessidades da década de 1990, expressas no relatório citado. Posteriormente foi tirada uma comissão, com 28 membros de diversas partes do mundo, que elaborou o relatório *Nossa comunidade global*, sobre “governança” global, onde já se indicava o fortalecimento da sociedade civil no governo de suas próprias vidas e melhorá-las ou transformá-las: “O maior engajamento das pessoas reflete-se na força da sociedade civil e nos processos democráticos. Isso mostra o potencial da criatividade e da cooperação humanas, ambas vitais para enfrentar os vários problemas – econômicos, ambientais sociais ou de segurança - que desafiam o mundo e que cabe à governança resolver” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996: 21).

A contra-reforma¹² do Estado é o ponto central da análise desta segunda fase do neoliberalismo e merece destaque. Ela foi determinada pelo presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, elaborada pelo MARE, na gestão do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e aprovada pela Câmara da Reforma do Estado, sendo sancionada pelo presidente Cardoso em 1995. Esta reforma foi expressa no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) que estabelece os princípios e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira (MARE, 1995).

Para situar a reforma do Estado no contexto brasileiro é preciso retomar uma determinante já mencionada anteriormente: a “cultura da crise”:

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (MARE, 1995:6).

O argumento utilizado para justificar a necessidade de reordenamento das funções estatais está na ineficiência do Estado em cumprir as demandas e na sua sobrecarga, sobretudo na área social. Em um contexto de descontrole fiscal, redução das taxas de crescimento, aumento do desemprego e altos índices de inflação, a proposta de reforma do Estado pautou-se em um novo modelo de gestão pública, de caráter gerencial. Embora reconheça que a administração pública burocrática (vigente até então) tenha sido um avanço contra a corrupção e a cultura nepotista patrimonialista, os formuladores da reforma do Estado consideram que, com a magnitude e complexidade dos desafios do país na era da globalização, este tipo de administração é extremamente rígida e seu processo lento, o que não seria mais aceitável (MARE, 1995).

É necessário pontuar algumas observações presentes no PDRAE que demonstram o discurso que justificaria a retração do Estado em determinados setores. A diferença do entendimento do que é “interesse público” para os dois modelos de gestão é uma delas. Para

¹² Sobre o conceito de contra-reforma, Pereira (2007: 186) analisa: “O período Vargas e mesmo o longo período da ditadura militar, para a efetivação da modernização capitalista do país, precisaram realizar certas ‘concessões’ – por parte da burguesia – para a manutenção da hegemonia, o que na linguagem gramsciana, é caracterizado por ‘revolução-restauração’. Neste, há alguns ‘ganhos’ para a classe trabalhadora, o que, no caso brasileiro, consubstanciou-se pelo desenvolvimento da legislação trabalhista e social. A década de 1990, ao contrário, desencadeou uma contra-reforma, pois tratou-se de negar conquistas afirmadas no texto constitucional, não apresentando ganho algum para aqueles que vivem de seu trabalho”. Coutinho (2008) coloca que a contra-reforma é caracterizada como restauração que admite uma combinação e o novo” onde prepondera o velho.

o modelo burocrático, está relacionado ao próprio aparelho do Estado e sua burocracia, enquanto que para o modelo gerencial a visão de interesse público é relacionada aos interesses da coletividade. Nesse sentido, foi diagnosticado o encarecimento da máquina administrativa e a necessidade de mudanças na política de recursos humanos e previdenciária, pois os gastos com tais áreas seriam incoerentes com as necessidades e possibilidades do aparelho do Estado. Assim, a crítica voltou-se para a estabilidade do servidor público que, além do aumento dos gastos, segundo o documento, haveria demasiado protecionismo, o que impossibilitaria o desenvolvimento do espírito empreendedor entre eles (MARE, 1995)¹³.

Para compreender este debate, é necessário recorrer ao documento que divide o Estado em setores estratégicos. O núcleo estratégico, correspondente ao governo em sentido lato, seria responsável pela definição de leis e políticas públicas, além da cobrança de seu cumprimento. O setor de atividades exclusivas do Estado é aquele onde o “poder de Estado” é exercido, ou seja, o poder de legislar e tributar, de regulamentar, fiscalizar, fomentar¹⁴ (MARE, 1995).

No setor de serviços não-exclusivos do Estado, a atuação estatal é simultânea com outras organizações (públicas não-estatais e privadas). Embora não haja poder de Estado nas instituições que executam estas atividades, há o financiamento público por estes serviços envolverem os direitos humanos ou economia externa, não podendo ser recompensados pelo mercado através da cobrança de serviços (MARE, 1995).

Por fim, o núcleo de produção de bens e serviços para o mercado é caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro, mas que ainda permanecem no aparelho do Estado, seja por serem atividades naturalmente monopolistas, seja por falta de verba privada para assumir tais atividades (MARE, 1995)

Para fins deste estudo, é necessário atentar para o núcleo de atividades não-exclusivas do Estado. Primeiramente porque é a partir dele que se abrem precedentes para a desresponsabilização do Estado das suas funções, supervalorizando o “Terceiro Setor”. Segundo, porque, ao inserir as universidades neste grupo de atividades não-exclusivas do

¹³ Outro ponto que merece destaque é chamado pelo documento (MARE, 1995) de “publicização”, que consiste na descentralização da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas podem ser subsidiados por ele, para o setor público não-estatal.

¹⁴ “Como exemplos, temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.” (MARE, 1995: 41).

Estado, esta desresponsabilização libera o campo para a expansão desenfreada da atuação privada no ensino superior (PEREIRA, 2007)¹⁵.

No entanto, devemos observar que o discurso da “democratização” do acesso ao ensino superior encobre dois processos: o primeiro, de elevação dos níveis de escolaridade da classe trabalhadora enquanto exigência da própria burguesia, na busca por trabalhadores que operem as novas tecnologias e contribuam com o processo de valorização do capital (NEVES, 1994). O segundo processo, de desqualificação da educação voltada para a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 1989). E de que forma se dá esta desqualificação no contexto de democratização do acesso à educação?

Concretamente o discurso de “justiça social” resultou no aumento efetivo da escolaridade da população brasileira, porém, os dados referentes à qualidade desta educação revelam que há a permanência da histórica dualização escolar: no nível fundamental e médio, direcionam-se os mais pobres à escola pública - com o acesso à aprendizagem elementar – enquanto às camadas médias e abastadas é reservado um ensino de qualidade, nas instituições de ensino particulares. Este processo resulta na posterior dualização no nível superior de ensino, agora invertida: para as camadas mais pauperizadas (aqueles que conseguem chegar lá...), as IES particulares, em cursos relativamente baratos, na área de Ciências Humanas e de qualidade duvidosa. Às camadas médias e abastadas, as IES públicas e as confessionais (as PUCs) (PEREIRA, 2007: 221).

Como foi visto, são notórios os rebatimentos da contra-reforma do Estado no ensino superior, mas eles não se restringem a esta área. O quadro social configurado após esta contra-reforma demonstrou a necessidade de medidas que possibilitassem a continuidade do apoio ao neoliberalismo:

Ao longo do primeiro mandato do governo Cardoso, os cortes de verbas públicas com as áreas sociais, o aprofundamento da política de privatização, as altas taxas de juros, o contingenciamento das verbas inicialmente planejadas no orçamento da União para garantia do pagamento das dívidas externa e interna. Este quadro social fez com que o governo elaborasse um conjunto de propostas direcionadas

¹⁵ Dados do INEP/MEC (2000) mostram que o crescimento das matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) de 1980 a 1994 foi de 20,6%, enquanto que, de 1994 a 1998, esse crescimento foi superior, alcançando 28% (nota-se que em um período de 4 anos o crescimento foi superior aos 14 anos anteriores). Esta expansão reflete, segundo o Censo, o aumento do número de concluintes do ensino médio, o que resultou no aumento do número de inscrições nos vestibulares (um crescimento de 80,6% em instituições públicas e 27,9% em privadas durante o período de 1980 a 1998). Baseado neste movimento, o MEC tratou de tomar medidas para garantir a expansão e diversificação dos cursos, tais como a criação de uma nova modalidade de instituição de 3º grau, os Centros Universitários, a regulamentação de cursos sequenciais e a flexibilização curricular, difundindo o discurso de “democratizar” o acesso ao ensino superior. No início do primeiro mandato de Cardoso, o número de matrículas em instituições de ensino superior chegava a 1,6 milhões, sendo 970 mil na rede privada. Ao final deste governo, em 1998, este número chegou a 2,1 milhões e a meta para o ano de 2002 era alcançar o número de 2,7 milhões de alunos matriculados, marca que foi superada antes mesmo de 2001 quando os números ultrapassaram 3 milhões, um crescimento de 82%, sendo o sistema privado responsável por mais de 2 milhões de matrículas (INEP/MEC, 2000 e 2002).

para as áreas sociais no sentido de criar um clima de coesão social e apoio às reformas estruturais em curso (LIMA, 2007: 98).

E foi assim que já na campanha para o segundo mandato de Cardoso a questão do alívio à pobreza passou a ser a chave das políticas daquele governo: o seu programa de governo, *Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos*, centrou-se na estabilidade econômica com justiça social (LIMA, 2007) ¹⁶. Nota-se a presença constante de ações realizadas pelo governo que estimularam a responsabilidade social, o voluntariado e o empreendedorismo, as parcerias com o chamado setor público não-estatal, estando assim em conformidade com o projeto do capital de Terceira Via. Também é preciso salientar que, concomitante a este processo, as ações articuladas aos organismos internacionais seguiam a todo vapor: o governo manteve os acordos e contratos com o FMI alcançando ano após ano o superávit fiscal em função de cortes no orçamento geral da União; realizou novo acordo em 2001 revelando inclusive a intenção do novo bloco de poder em dar prosseguimento a esta política.

Como foi visto, até o final da década de 1990 o Brasil adaptou-se aos preceitos neoliberais através das ações políticas dos governos Collor e FHC. Ambos conduziram as políticas brasileiras alinhadas às determinações dos organismos internacionais e representaram os interesses políticos e econômicos da burguesia nacional e internacional.

É importante salientar que o governo FHC iniciou de fato a implementação de uma nova relação entre Estado e sociedade civil, por meio da contra-reforma do Estado. Este governo já era convicto da necessidade do fortalecimento da sociedade civil e do envolvimento espontâneo das pessoas em atividades cívicas e coletivas, de solidariedade, responsabilidade social para alcançar o progresso social, o que começou a ser estimulado em seu segundo mandato (NEVES, 2008). No entanto, na fase que se sucede, a hegemonia neoliberal aprofundará este movimento e fará uso de um elemento importante para se manter dominante, a repolitização da sociedade civil, e assim, as bases para o desabrochar

¹⁶ Conforme Lima (2007) aponta, as ações a serem desenvolvidas no segundo mandato de Cardoso eram identificadas pelo governo como o aprofundamento da democracia, pois priorizavam o controle público da administração pública, a descentralização dos serviços sociais por meio das parcerias com a sociedade civil e o reforço da negociação coletiva e da “concertação social”. Porém, deve-se ressaltar algumas ações desenvolvidas pelo governo, necessárias para manter a coesão social, que concomitante às reformas estruturais, às privatizações, e a participação fundamental do capital estrangeiro, ressaltam algumas características da Terceira Via e o novo papel do Estado regulador, entre as quais podemos citar, a criação de uma política de geração e transferência de renda (atravessada pelo viés voluntarista e pelo empreendedorismo), o atendimento aos serviços sociais básicos (estimulando a privatização e as parcerias e a concessão de serviços públicos ao setor privado), a fragmentação e focalização das ações de alívio à pobreza baseadas na participação e na responsabilidade social.

do projeto ético-político da Terceira Via no Brasil, e de consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia.

Nas eleições de 2002, a Coligação Lula Presidente vence nas urnas tendo como tarefa principal manter a essência da política neoliberal, no entanto com outra face, que garantisse a legitimidade neoliberal e o distanciasse dos seus precedentes que findaram seus mandatos mergulhados em escândalos políticos e deixando um quadro de ampliação das desigualdades sociais e estagnação econômica (LIMA, 2007). Este é o princípio da terceira fase do neoliberalismo no Brasil, que teve na reconfiguração da direção política do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁷ as condições necessárias para a implantação desta nova face da política neoliberal.

Três determinantes devem ser analisadas para a compreensão deste momento histórico: a configuração da luta de classes na conjuntura internacional, na conjuntura nacional e os reordenamentos internos do partido (LIMA, 2007). Em suma, pode-se dizer que a mudança do eixo norteador do PT está diretamente relacionada às derrotas do socialismo existente e à investida neoliberal contra o trabalho, que alterou o perfil da classe trabalhadora, desregulamentou direitos sociais e trabalhistas, reprimiu e desqualificou os sindicatos e desestruturou, no campo da ação política dos partidos e sindicatos, a possibilidade de construção da luta contra-hegemônica¹⁸. As repercussões destes processos atravessaram também os movimentos sociais, que afastaram do seu campo de ação a luta de classes, voltando-se para o atendimento de demandas fragmentadas e focalizadas. É neste contexto que o estímulo ao associativismo, à solidariedade, ao voluntariado, é fortalecido e difundido.

Em meados dos anos 1990, a reconfiguração do Partido se concretizou e o caráter classista foi desconfigurado, retirados de vez da pauta da ação política do PT a luta pelo socialismo. Em 2002, através da aliança entre sua burocracia sindical e diversas frações da burguesia brasileira e internacional, a eleição do candidato petista representou a vitória da nova fase do neoliberalismo no Brasil que, conforme o próprio presidente argumentou,

¹⁷ Sobre esta mudança de posicionamento petista Lima (2007) lembra que o PT surgiu representando os interesses da classe trabalhadora, demonstrando a possibilidade de um rumo socialista para o Brasil, no entanto, no momento que o foco do partido volta-se para a ocupação do poder, a defesa dos interesses classistas é gradativamente marginalizada da pauta de ações do partido enquanto outros interesses de diversos segmentos de classe (inclusive burguesa) passam a serem incorporados.

¹⁸ Quanto aos reordenamentos internos do partido nesta conjuntura, é necessário atentar para a “menina dos olhos” do PT, que passou a ser a possibilidade real de chegar ao poder (vide sucessivas vitórias eleitorais do partido a partir da metade da década de 1980, inclusive a do Lula, deputado federal mais votado do Brasil em 1986). Este foi um processo gradual e, para alcançar tal objetivo, no entanto, a prioridade do Partido deixou de ser aquela que estava em seu horizonte quando este foi criado, ou seja, a organização classista dos trabalhadores, e passou a ser a ocupação do poder (LIMA,2007)

somente um candidato popular, ou seja, com o apoio da base, conseguiria pôr em curso as reformas que a resistência social barrou (LIMA, 2007).

Para Coutinho (2008) se o PT (e os movimentos a ele ligados) ainda representavam resistência à ofensiva neoliberal até o final do segundo governo Cardoso (deixando indefinido o modelo de sociedade a ser seguido), quando assumiu o poder em 2003 esta resistência diluiu-se, visto a adoção da política macroeconômica abertamente neoliberal e a cooptação (ou neutralização) dos movimentos sociais. A estratégia deste governo em realizar um pacto entre classes sociais, eliminando os antagonismos com o consenso e colaboração dos trabalhadores, foi expressa na *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002), divulgada em junho de 2002:

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país (SILVA, 2002).

O documento (SILVA, 2002) demonstra claramente as intenções de Lula para seu mandato: desenvolvimento econômico com justiça social, que nos termos da Terceira Via remete à humanização do capitalismo. O discurso presente na Carta é que não há mais espaço em nossa sociedade para o neoliberalismo, pois este modelo já se esgotou e seus efeitos foram devastadores para a sociedade, que clama por mudanças: “O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado” (SILVA, 2002). No entanto, é no mínimo curioso verificar que, logo em seguida, Lula, neste mesmo documento, firma o compromisso com a manutenção do superávit primário e de honrar os contratos assumidos (demonstrando a subordinação do país aos organismos internacionais), alegando a necessidade de recuperar a confiança dos investidores no Brasil: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”.

Lima (2007) identifica, nos documentos elaborados na campanha de 2002, clara afinidade com as diretrizes dos organismos internacionais, principalmente o BM e a incorporação também dos pressupostos do social-liberalismo (a nova face do neoliberalismo, ou seja, o neoliberalismo de Terceira Via). Em seu programa de governo¹⁹,

¹⁹ Neves (2008:13) salienta que com ideologia e o programa de governo, o presidente Lula da Silva, tal como Fernando Henrique Cardoso, participou da Cúpula da Governança Progressiva, “organismo internacional que reúne dirigentes políticos de países que se alinham em torno do programa político da nova social-democracia

já estava previsto a articulação do Estado com o setor privado e a sociedade civil²⁰, além de um conjunto de reformas (tributária, previdenciária, política, agrária e trabalhista), consonantes às diretrizes elaboradas pelos organismos internacionais de promover o ajuste fiscal e alcançar a estabilidade econômica com justiça social. No entanto, não existe possibilidade de se alcançar a justiça social com a política econômica adotada²¹. É através do padrão “liberal corporativo” que a reorganização da relação entre o Estado e a sociedade civil se torna possível, pois este modelo, que está articulado ao ideário neoliberal, apresenta duas características fundamentais: a defesa do mercado como instância máxima de sociabilidade (justificando as privatizações e a redução da atuação estatal), e a necessidade de repolitização da sociedade civil (que passa a atuar com o ideal de solidariedade) voltada para aqueles que não se adaptaram ao mercado (COUTINHO, 2008).

No que tange à política educacional, as reformulações promovidas pelos governos FHC e Lula se inscrevem neste cenário de reformas neoliberais tendo suas reformulações direcionadas a partir do caráter atribuído à educação pelos sujeitos políticos coletivos do capital: FMI, BM, UNESCO, entre outros. O “alívio da pobreza” e política internacional de segurança do capital são parâmetros utilizados por tais organismos para propor a reformulação da educação, principalmente do ensino superior²². Mas, para além disto, outros dois pontos são cruciais: por ser uma promissora área de investimento do capital em crise e importante instrumento de difusão da concepção de mundo burguesa.

Outra autora, Neves (2008), traz contribuições importantes para a compreensão do momento histórico atual. A autora parte de duas teses centrais: o papel das políticas sociais contemporâneas enquanto instrumento de difusão de uma nova pedagogia da hegemonia, e

reformulada – a terceira via”.

²⁰ “(...)as parcerias entre o Estado e os setores privados deveriam considerar a necessidade de diluição das fronteiras entre público e privado, de forma a garantir o financiamento público para o setor privado e o financiamento privado dos serviços públicos” (LIMA, 2007: 113).

²¹ Segundo reportagem do Brasil de Fato (2008), recente levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denominado “Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente”, demonstra que entre 2000 e 2007, o gasto com os serviços da dívida chegaram a R\$1,2 trilhão, enquanto as despesas com saúde, educação, e investimentos totalizam menos do que metade dos gastos (R\$ 552 bilhões) o que se reflete na ampliação da desigualdade, que atualmente é maior que no fim da década de 1980.

²² Lima (2007) indica que as quatro versões do projeto de lei de Reforma da Educação em curso no governo Lula expressam estes elementos. A reforma em curso neste governo caminhou na mesma direção do governo FHC, no entanto o caráter privatista foi aprofundado através da utilização de mecanismos como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), as parcerias público-privado (PPPs), entre outros. A principal política de expansão do ensino superior se dá através do investimento do MEC na compra de vagas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro (LIMA, 2007). Devemos apreender esta expansão atentando para dois aspectos: a lógica meritocrática, de competências, habilidades e capacidades individuais, e a desqualificação da educação para a classe trabalhadora.

que esta pedagogia da hegemonia tem por objetivo instaurar um novo padrão de sociabilidade, por meio da disseminação da ideologia da responsabilidade social.

A nova pedagogia da hegemonia consiste em uma série de formulações teóricas e de ações político-ideológicas utilizadas pela burguesia, para assegurar em nível mundial e no interior de cada formação social concreta, a dominação de classe, a partir da redefinição de seu projeto de sociedade e de sociabilidade para os anos iniciais do século XXI (NEVES, 2008: 1).

Segundo a autora (2008), devido à crise, já tratada anteriormente, o Estado capitalista no final do século XX precisou reformular seu papel educador de modo a viabilizar mudanças no padrão de politização das sociedades contemporâneas, uma vez que o neoliberalismo, tal como preconizou o Consenso de Washington, não assegurava mais a coesão social e esta reformulação foi uma nova estratégia para obter o consenso.

Tal reformulação se deu através de três movimentos sociais básicos, que surgiram no pós-guerra e ampliaram-se no final do século XX. Segundo Neves (2008) esses movimentos buscavam:

- Manter a população despolarizada, sem a consciência do seu papel político e econômico, e incentivar a participação política através das soluções individuais para os problemas sociais;²³
- Refuncionalizar os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, tirando a transformação societária do horizonte político e de ação, e colocando a reforma do capitalismo como única opção possível para a classe trabalhadora;
- Estimular a expansão de grupos de interesses extra-econômicos na sociedade civil e na ação orgânica dos organismos internacionais em relação à implementação de uma nova política social.

Para Neves (2008) a despolarização da classe trabalhadora, bem como a perda da identidade e da vinculação histórica de classe presentes nesta nova pedagogia, são funcionais ao capitalismo, pois desvia a atenção dos mecanismos de exploração a que são submetidos, ao mesmo tempo em que reforça o individualismo. A sociedade civil neste sentido torna-se um espaço sem antagonismos de classe, de construção de uma nova cultura cívica pautada na participação popular colaboracionista dos interesses contemporâneos da burguesia mundial.

²³ No final dos anos 1990, quando esta nova pedagogia da hegemonia estava se iniciando no Brasil, estima-se que havia 19,7 milhões de voluntários (LANDIM E SCALON *apud* NEVES, 2008).

Assim, o Estado gerencial realiza dois movimentos: de prestação de serviços compensatórios às profundas desigualdades sociais e de coordenador de iniciativas privadas a fim de efetivar a repolitização da política através do apassivamento dos movimentos sociais. (NEVES, 2008). Outra colocação importante da autora diz respeito às políticas sociais no neoliberalismo de Terceira Via, políticas estas fragmentadas, privatizadas e focalizadas, que se dão no “setor público não-estatal”²⁴ com participação econômica e política de frações significativas da classe média, onde os assistentes sociais se incluem. Estas frações possuem dupla funcionalidade neste contexto: além de serem consumidoras de bens e serviços, quando prestadoras de serviços de “interesse público”, atuam como intelectuais orgânicos, intermediando as relações entre as classes, promovendo a diluição da igualdade enquanto valor primordial da convivência coletiva e reforçando o individualismo através de suas práticas localistas.

Para Neves (2008), o processo em curso faz parte da estratégia de reversão da ocidentalização das sociedades capitalistas contemporâneas e busca consolidar o modelo “norte americano” de ocidentalização:

Ou seja, um modelo de estruturação de poder que pressupõe, ao mesmo tempo, a despolitização da política e a repolitização da sociedade civil. Despolitização da política no sentido de criar obstáculos concretos aos projetos societais contestadores das relações capitalistas de produção da existência e de limitar as possibilidades de mudança aos marcos de um reformismo político. Repolitização da sociedade civil no sentido de transformá-la de instância política de disputa de projetos societais em instância prestadora de serviços sociais de interesse público (NEVES, 2008: 6-7).

Diante disto, é possível situar a atual difusão da ideologia de responsabilidade social. Neves (2008) aponta o papel de educador do Estado em formar o homem coletivo, ou seja, conformar técnica e eticamente as massas populares aos padrões de sociabilidade burguesa:

O novo homem coletivo dos anos iniciais do século XXI vem sendo educado em todo o mundo, e também no Brasil, segundo os preceitos da ideologia da responsabilidade social que fundamentam a construção da Sociedade do Bem-Estar, difundindo a nova cidadania política, e da nova cultura cívica do novo capitalismo neoliberal de face humanitária (...) a ideologia da responsabilidade social, mais do que alicerçar a filantropização da questão social, realiza de fato

²⁴ Uma pesquisa realizada no Brasil mostra que, em 2002, haviam cadastradas 276 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), sendo que 62% delas foram criadas a partir da década de 1990, e 44% estão concentradas na região sudeste. Este mesmo estudo constatou que as FASFIL empregavam neste ano 1,5 milhão de assalariados, número três vezes maior que o de servidores públicos, percebendo em média 4,5 salários mínimos (IBGE, 2004). Este elevado número de trabalhadores assalariados é apenas a ponta do iceberg das FASFIL, já que o número de trabalhadores envolvidos com o trabalho social é 13 vezes maior. Isto é possível, pois 77% das organizações sem fins lucrativos não contam com nenhum trabalhador assalariado: “Pode-se levantar a hipótese de que parcela significativa dos serviços prestados por estas organizações é realizada por meio de trabalho não-remunerado ou informal” (IBGE, 2004).

uma profunda reforma intelectual e moral do homem individual e coletivo contemporâneo, com vistas a perpetuar, sob nova roupagem, a dominação burguesa neste século (NEVES, 2008: 8).

Diante desta exposição, é possível assimilar de que forma o governo Lula deu continuidade às diretrizes do seu antecessor, e reforçou o eixo norteador da nova relação entre Estado e sociedade civil, e fez isso com a ajuda de “milhares de organizações que fazem parte do ‘terceiro setor’ e [...] dos investimentos sociais das empresas socialmente responsáveis” (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002: 41 *apud* NEVES, 2008: 10).

Neves (2008) elenca um conjunto de ações que possibilitaram o consenso ativo da população a esta nova ideologia:

- o papel da mídia, das escolas e da religião para a difusão deste ideário Como exemplo, a autora cita algumas ações das Organizações Globo tais como Criança Esperança, Ação Global, Amigos da Escola, etc.; as reformas educacionais; a participação da Igreja Católica no desenvolvimento de programas de responsabilidade social tais como Comunidade Solidária e Fome Zero;

- a repolitização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora. É preciso lembrar que no sentido gramsciano são nos aparelhos privados de hegemonia que se darão as lutas pela hegemonia (COUTINHO, 1992), no entanto, com a ideologia de Terceira Via, há uma ressignificação da sociedade civil, perdendo seu caráter de disputas de projetos societários e transformando-se em um espaço de solidariedade e harmonia, cujas reivindicações são meramente corporativistas;

- o estímulo à criação de novos sujeitos políticos coletivos que dêem outra direção ao papel contestador dos movimentos sociais. A autora destaca neste grupo “diversos aparelhos formuladores e difusores da ideologia da responsabilidade social do empresariado brasileiro e os grupos de interesse travestidos, paulatinamente, em ONGs (...)” (NEVES, 2008:13)²⁵.

É necessário estarmos alerta ao envernizamento do capitalismo presente em todo movimento analisado. As contradições que o sistema gera não podem ser encobertas por um discurso humanizado sem efeitos. O fortalecimento da contra-hegemonia pressupõe o resgate da sociedade civil em seu sentido crítico, um processo que se esbarra na dificuldade

²⁵ Não pretendemos entrar no mérito financeiro nem da idoneidade das instituições ditas “não-governamentais” e “sem fins lucrativos”, no entanto, é importante salientar, conforme reportagens do Jornal O Estado de São Paulo (12, 13 e 13b de 2008), que o governo Lula, através da Medida Provisória 446, tornou automática a aprovação dos pedidos de certificados das organizações “filantrópicas”, inclusive daquelas que já teriam sido negadas por alguma irregularidade (e estivesse contestando). Estima-se que os prejuízos aos cofres públicos cheguem a R\$ 5 bilhões em impostos sonegados.

enfrentada no momento reacionário de despolitização dos espaços de resistência , mas que por outro lado encontra na carga de exploração e sofrimento da classe trabalhadora uma força adormecida que ameaçam a dominação burguesa. É a luta de classes... ela não morre!

3. Considerações finais

Tentamos abordar em linhas gerais como o Brasil vem sofrendo os impactos do neoliberalismo de Terceira Via. Sabemos que o espaço é curto para tamanha responsabilidade, porém, entendemos que este é um processo com muito pouca reflexão na atualidade. Urge a necessidade de compreender a conjuntura para traçarmos estratégias de reversão deste quadro, se é que é possível em curto prazo e em âmbito nacional visto a velocidade e globalidade dos fenômenos. Contudo, acreditamos que a Universidade pública ainda é um espaço que possibilita essa reflexão e, portanto, deve estar no nosso horizonte a sua defesa.

4. Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In Sader e Gentili (orgs). *Pós-neoliberalismo- as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: editora Paz e Terra,1998.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. Nossa comunidade Global- O relatório da Comissão sobre Governança Global. Editora da Fundação Getúlio Vargas.Rio de Janeiro. 1996.

COUTINHO. Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci- Um Estudo sobre seu pensamento político*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Campus 1992

_____. *Contra a corrente. Ensaio sobre democracia e socialismo*. 2ed. São Paulo: Cortez. 2008.

FRIGOTTO. G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista*. São Paulo: Cortez:1989.

GIDDENS. A.. *Há uma alternativa*. Entrevista: Anthony Guiddens. Disponível em http://veja.abril.com.br/300998/p_011.html. Acesso em setembro de 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Volume 2- Os intelectuais. O principio educativo*. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2002. IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Estudos e pesquisas. Informação econômica. n. 4). Disponível em www.abong.br. Acesso em outubro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS/ MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). *Evolução do Ensino Superior-Graduação 1980-1998*. Brasília, 2000. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em outubro de 2008.

_____. Educação Superior ultrapassa meta e chega a três milhões de matrículas. Novembro de 2002. Disponível em http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news02_03.htm acesso em outubro de 2008.

LIMA, K. R. de S. Terceira Via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In *Universidade e Sociedade*, ano XIV, n. 34, outubro de 2004.

LIMA, K. R. de S. *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado)/ Presidência da República/ Câmara da reforma do estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM. Acesso em setembro de 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória. 1990

MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. Prefácio. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção Os Pensadores)

NEVES, L.M.W Políticas sociais contemporâneas: teses para discussão In *Políticas Públicas & Serviço Social: análises e debates. Publicação do Observatório Social*. Rio de Janeiro, junho de 2008. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em setembro de 2008

PEREIRA, L. D. *Política Educacional Brasileira e Serviço Social: da profissionalidade ao empresariamento da formação profissional*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2007. 393p. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, UFRJ, 2007.

SILVA, L. I. L. *Carta ao povo brasileiro*. Brasília, junho de 2002. Disponível em www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acesso em setembro de 2008.